

## Marcha Nacional pelo Direito à Cidade garante conquistas aos Sem-Teto

arquivo UNMP



Sem-Teto realizam marcha em Brasília pela retomada da construção da política nacional de habitação e por Lula Livre Já

Entre os dias 5 e 7 de junho, os Sem-Teto realizaram em Brasília (DF) a Marcha Nacional pelo Direito à Cidade – Reforma Urbana Já!, para lutar pela retomada da construção da política nacional de habitação e dos investimentos no Minha Casa Minha Vida-Entidades, dentre outras reivindicações. Após três dias de atividades e manifestações, a Marcha se encerrou com uma ocupação no Ministério das Cidades e com o ministro Alexandre Baldy descendo até o local do acampamento, que atendeu a parte das exigências dos movimentos, com o anúncio de uma nova portaria de contratação do Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades (MCMV-E) e da retomada do Conselho Nacional das Cidades. A presença do Ministro na plenária final dos movimentos só foi possível após muita luta, com a ocupação do Minis-

tério por cerca de 1h30, sob forte repressão. Um policial chegou a sacar sua arma de fogo no meio da manifestação, destruiu a porta de entrada do Ministério para acusar e criminalizar os movimentos e, em seguida, borrifou gás pimenta sobre as lideranças.

Além da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), participaram da marcha a Central dos Movimentos Populares (CMP), a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). Militantes de diferentes estados chegaram a Brasília na manhã de 5 de junho, e realizaram uma marcha desde o Estádio Mané Garrincha até o Ministério das Cidades, onde

**Essa marcha tem caráter muito importante, de defesa da habitação, e por Lula Livre**

foi realizada uma manifestação para apresentar a agenda de luta. Em seguida, os movimentos montaram o Acampamento Lula Livre, com centenas de barracas ao lado da Catedral de Brasília.

Ao longo dos três dias de manifestações, os participantes organizaram diversas atividades, como atos, aulas públicas e passeatas pelo Eixo Monumental de Brasília. Um ato contra as privatizações foi realizado no acampamento, com a presença de Jair Ferreira, presidente da FENAE. Nesse ato, lembramos o papel fundamental da CAIXA como banco 100% público na implementação das políticas de desenvolvimento urbano. No dia 6 de junho, a caminhada foi em direção do Supremo Tribunal Federal (STF), em protesto contra a prisão de Lula, pela sua liberdade e seu direito de candidatar-se à Presidência da República. Também foram realizadas aulas públicas so-

bre a Política Nacional de Água e Saneamento Ambiental, Política de Mobilidade e sobre os Conflitos Fundiários, com encaminhamentos concretos, tais como: promover uma luta contra o auxílio moradia para juízes e contra os despejos forçados, organizar um Congresso Popular da Moradia e da Reforma Urbana e garantir a articulação de lutas em defesa de cidades inclusivas e contra as privatizações da Água e do Saneamento.

A militância também participou, na manhã de 6 de junho, de uma audiência na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, que contou com a presença do Ministro das Cidades. Nela, foram denunciados os cortes nos programas de Habitação Popular e outros retrocessos nas políticas urbanas. No dia seguinte, o Acampamento Lula Livre recebeu as visitas da Deputada Margarida Salomão e dos Deputados Federais Paulo Teixeira, Afonso Florence, Nilton Tato, João Daniel e Paulo Pimenta. Também o procurador da República Felipe Fritz Braga esteve na tenda do Acampamento, e apresentou uma ação civil pública movida contra o Ministério das Cidades para questionar a paralisação das atividades do Conselho Nacional das Cidades.

Apesar dos avanços com a publicação da Portaria de seleção do MCMV-E e da retomada do Conselho, os Sem-Teto seguem mobilizados para ampliar suas conquistas.

# Nova Portaria regulamenta contratação de unidades pelo MCMV-Entidades: Entenda como funciona

arquivo UNMP



Movimentos de Moradia montam Acampamento Lula Livre em Brasília e promovem aulas públicas sobre temas relacionados à Reforma Urbana

O principal resultado da Marcha Nacional Pelo Direito à Cidade – Reforma Urbana Já!, realizada de 5 a 7 de junho, em Brasília, foi a publicação da Portaria 367/2018, que dá início ao processo de seleção de propostas para o Minha Casa Minha Vida – Entidades. O anúncio se deu após o acampamento e a ocupação do Ministério das Cidades pelos movimentos de moradia e muita pressão sobre o poder público, que finalmente atendeu parte das demandas dos Sem-Teto. No entanto, apenas 10 mil unidades serão contratadas pela nova chamada, número muito aquém das 30 mil previstas na proposta orçamentária de 2018 e das 100 mil reivindicadas pelos movimentos, que seguirão em luta para ampliar as conquistas.

De acordo com a nova portaria, o programa retoma seu formato anterior: a entidade deve apresentar suas propostas à Caixa Econômica Federal, na Gihab, que fica responsável pela análise até que sejam sanadas todas as questões referentes a temas como engenharia, parte jurídica e social. Somente quando estiver 100% analisada, a proposta será enviada para a matriz da Caixa. Cabe a ela enviar para o Ministério das Cidades que, mensalmente, fará a hierarquização das propostas de acordo com os critérios previstos e publi-

cará a seleção. Após a publicação, o prazo é de 60 dias para contratação.

Desse modo, as Entidades habilitadas pelo Ministério das Cidades poderão apresentar a qualquer tempo suas propostas: não tem data limite! O processo é composto por duas fases: o enquadramento, que se destina a verificar o atendimento ao regramento e objetivos do programa, e a hierarquização, que consiste em eleger os projetos até o limite dos recursos alocados ao PMCMV-E. A divisão do número de unidades por região segue igual: de acordo com o déficit habitacional de cada região do país. Caso a região não cumpra sua meta, o número de unidades poderá ser remanejado.

Ressalta-se que as propostas previstas para terrenos da

Secretaria de Patrimônio da União (SPU), as localizadas em áreas centrais de municípios maiores e as propostas de requalificação de edifício estarão dispensadas de hierarquização. Ou seja, terão prioridade. Caso sejam enquadradas e enviadas à Brasília, serão imediatamente selecionadas. Essa é uma novidade que decorre da luta pelo direcionamento das terras da União para construção de moradia popular e para que o programa fomente mais moradias bem localizadas.

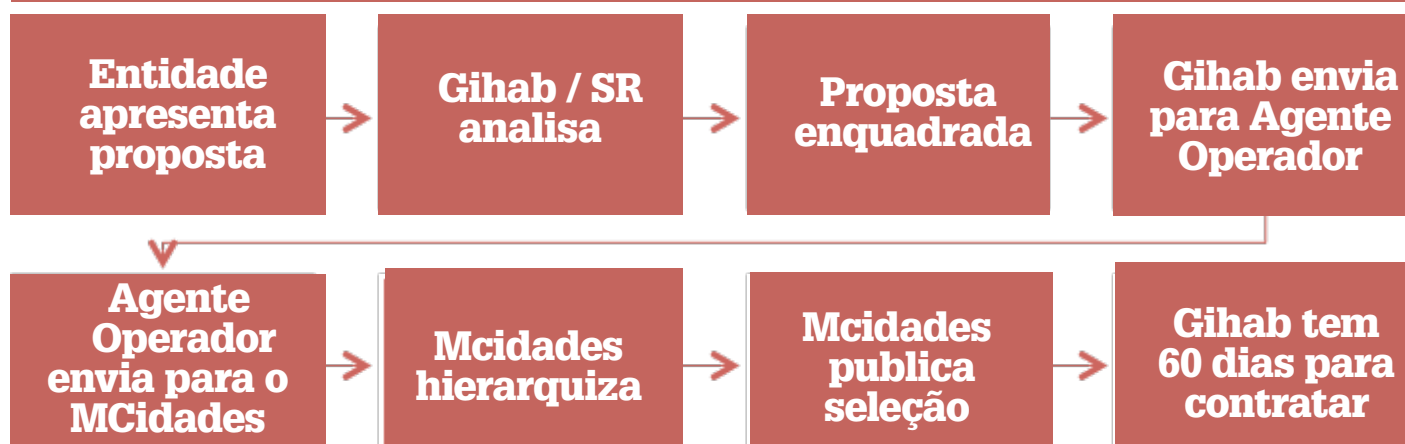
Apesar da conquista, alguns graves problemas persistem. A possibilidade de compra antecipada para terrenos privados está muito prejudicada. Além disso, a forma de seleção dificulta a contratação de entidades que estão em municípios com processo de aprova-

**O anúncio se deu após o acampamento e a ocupação do Ministério das Cidades pelos movimentos de moradia**

ção complexo. Em cada local a análise é feita de forma diferente, por isso, a UNMP insiste para que a matriz da Caixa ajude a padronizar a análise. Outro ponto de negociação que seguirá presente é a questão do tempo de análise. A UNMP segue também na luta pela aprovação de uma Lei Nacional da Autogestão e que o Minha Casa Minha Vida Entidades se torne uma política permanente.

Para mais informações sobre o novo processo de seleção, acesse o site [autogestao.unmp.org.br](http://autogestao.unmp.org.br). Nele, é possível encontrar todo material disponível referente a apresentação da proposta, documentação, requisitos para enquadramento e critérios de hierarquização.

## Confira o organograma (ciclos mensais)



# Acampamento Lula Livre é experiência de formação, organização e luta

arquivo UNMP



Marcha Nacional pelo Direito à Cidade realiza atos em Brasília por Reforma Urbana e defende a liberdade de Lula

Os três dias de Marcha Nacional pelo Direito à Cidade – Reforma Urbana Já! ficaram marcados pela realização do Acampamento Lula Livre, com centenas de barracas dos militantes dos movimentos de moradia posicionadas ao lado da Catedral de Brasília e em frente ao Ministério das Cidades. Os participantes organizaram diversas atividades, tais como o ato contra as privatizações de serviços de saneamento, energia e da Caixa Econômica Federal; as aulas públicas sobre Mobilidade Urbana, Democratização das comunicações, Conflitos Fundiários, Plataforma BRCidades e contra a revisão do marco legal do saneamento.

Muitas pessoas que participaram das atividades ressaltaram a importância do Acampamento Lula Livre como experiência de formação, organização e luta por reforma urbana e pelo direito à cidade. “Tenho muitos anos de luta, mas nunca tinha participado de um acampamento. É uma experiência nova e muito importante, pois mostra que o movimento está vivo, na luta, com força. Daqui, esperamos tirar resultados positivos, pois está tudo parado, temos muita dificuldade no nos-

so estado”, explica Gedalva de Jesus Araújo, da União dos Movimentos de Moradia de Sergipe, que montou sua barraca no acampamento e destacou a solidariedade entre os militantes.

Também para Cláudio Lula da Silva Pereira, da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro, a ideia de fazer uma grande marcha e o acampamento foi muito acertada. “Conseguimos que o governo golpista se comprometesse com algumas pautas. Sabemos que a retirada de recursos com a EC 95 faz muito mal para o povo, mas não vamos nos intimidar, saímos da marcha fortalecidos. Agora, temos de cobrar nos nossos estados políticas públicas para a moradia, levar para lá a luta que tivemos aqui”.

A opinião é compartilhada por Maria José, a Zezé, da União dos Movimentos de Moradia de Alagoas. “Saímos daqui renovados, com as plenárias e as aulas. Essa marcha tem caráter muito importante, de defesa da habitação, e por Lula Livre. Fundamental para a gente se reorganizar, renovar nossas energias, com a expectativa de que o nosso direito vem de fato com a luta. O acampamento nos deixou alegres, principalmente com a interação com companheiros de



**Essa marcha tem caráter muito importante, de defesa da habitação, e por Lula Livre**

diferentes estados, falando da política de habitação”.

Ressalta-se ainda que, durante o acampamento, novamente a UNMP apresentou sua defesa de uma Lei Nacional da Autogestão, que consolide o conceito de autogestão como princípio da produção da moradia popular, estabeleça diretrizes para políticas de terra e combata a especulação imobiliária, garantindo fontes de recursos permanentes para todo processo que envolve a autogestão, como a produção, a formação e o financiamento de projetos.

## Ação Civil Pública exige retomada do Conselho Nacional das Cidades



Graça Xavier, da União Nacional por Moradia Popular, expõe reivindicações dos movimentos ao Ministro das Cidades na Plenária Final da Marcha

O governo golpista de Michel Temer (MDB) cancelou a 6ª Conferência das Cidades e acabou com o Conselho Nacional das Cidades, promovendo o desmonte do conjunto de instrumentos de participação social nas políticas urbanas. Ao publicar o decreto 9.076, em junho de 2017, o governo retirou poderes do Conselho Nacional das Cidades e atacou toda estruturação de um sistema de participação popular e gestão democrática, previsto na lei 10.257/2001, o Estatuto das Cidades.

Diante disso, a Marcha Nacional pelo Direito à Cidade colocou como uma de suas principais pautas a realização da 6ª Conferência Nacional das Cidades e a retomada do Conselho Nacional das Cidades, o que foi encaminhado mediante a apresentação de uma ação civil pública movida contra o Ministério das Cidades. O procurador da República Felipe Fritz Braga esteve na tenda do Acampamento, e apresentou a ação para os movimentos. Com a pressão exercida ao longo do acampamento, o Ministro das Cidades, Alexandre Baldy, se comprometeu a retomar o Conselho Nacional das Cidades, com a previsão de realizar reunião ordinária do conselho já em agosto deste ano. Os movimentos estão atentos para acompanhar o desenrolar dessa questão e para que o Ministério não altere aquilo que foi aprovado nas 5 conferências anteriores de forma arbitrária.

# Sem-Teto realizam ato no STF por Lula Livre e em defesa da democracia



arquivo UNMP

Manifestantes da Marcha Nacional pelo Direito à Cidade chegam ao Supremo Tribunal Federal para exigir Lula Livre e defender seu direito de disputar as eleições de 2018

Como parte da programação da Marcha Nacional pelo Direito à Cidade – Reforma Urbana Já!, na tarde de 6 de junho centenas de pessoas caminharam pelo Eixo Monumental de Brasília, DF, para expressar sua indignação com a prisão arbitrária e sem provas do presidente Lula. Aos acampados se somaram militantes do Comitê Lula Livre de Brasília. O ato se encerrou em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), local em que os manifestantes reafirmaram seu compromisso histórico com a democracia e a inclusão social, em defesa da liberdade do presidente Lula e de sua candidatura às eleições de 2018. Naquela data, completava-se 60 dias da condenação e prisão sem provas de Lula, motivada pela necessidade dos golpistas impedirem que o presidente Lula seja candidato nas eleições de 2018.

A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) entende que a prisão arbitrária de Lula tem um objetivo político, articula-

do pela mesma aliança que deu um golpe na Presidenta Dilma, composta pelos empresários, os grandes meios de comunicação, os partidos de direita que atualmente dominam os poderes Executivo e Legislativo, e pelo Judiciário. Por isso, exigimos Lula Livre! Eleição sem Lula é Fraude!

Além dos movimentos de moradia, estiveram presentes no ato parlamentares e o ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, que levou à manifestação uma faixa com a inscrição: “STF, faz 60 dias Lula está preso injustamente”. A faixa é uma forma de expor ao STF que os movimentos sociais não darão sossego aos golpistas enquanto a injustiça contra Lula continuar. Carvalho afirmou que nenhum militante descansará enquanto o presidente Lula não for libertado, “porque ele é inocente, e o povo quer Lula presidente da República”.

No atual contexto de profunda crise política, econômica e social, em que as famílias mais

pobres sentem diretamente as consequências da retirada de direitos e do corte de investimentos nas áreas sociais, os movimentos entendem que a tentativa de impedir Lula, o líder nas pesquisas de intenção de voto, de se candidatar, significa impedir o projeto político que o petista representa. Também faz parte da agenda golpista criminalizar os movimentos sociais e as lideranças sociais. Desde o golpe só aumentou o uso do aparato policial e judicial para perseguir lideranças, em aliança com os meios de comunicação tradicionais. A criminalização das lideranças é

“ a prisão arbitrária de Lula tem um objetivo político, articulado pela mesma aliança que deu um golpe na Presidenta Dilma

a face mais visível de um amplo processo de enfrentamento, que envolve perseguição judicial e embates direitos, como nos casos intervenção militar no Rio de Janeiro e do assassinato da Vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Pedro, em 14 de março, no Rio de Janeiro-RJ, caso ainda não solucionado.

Diante disso, é preciso que o povo brasileiro se organize e lute em defesa do projeto político que Lula representa, de transformação social, desenvolvimento e conquista de direitos.



## Expediente

Rua Conselheiro Furtado 692 – Sala 03 - 01511-000, Liberdade, São Paulo – SP, Brasil  
 Telefone: (55 11) 3825-5725 / 3664-7812  
 www.unmp.org.br | facebook.com/uniao nacionalpormoradiapopular  
 Jornalista Responsável: Hugo Fanton  
 Diagramação: Diva Braga

## Apoio

